

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 15 de agosto de 2025 às 09h59
Seleção de Notícias

Convergência Digital | BR

Pirataria

Anatel dismantela TV por Assinatura pirata em São Paulo	3
CONVERGÊNCIA DIGITAL	

Folha Vitória Online | BR-ES

Marco regulatório | INPI

Cafés das Montanhas do ES: identidade reconhecida no Brasil	5
---	---

O Globo | BR

15 de agosto de 2025 | Patentes

Governo prepara resposta à investigação dos Estados Unidos sobre Pix	8
ECONOMIA	

Consultor Jurídico | BR

Marco regulatório | INPI

INPI lança trâmite prioritário de marcas até dezembro	9
---	---

Folha do Estado Online | BR-BA

Direitos Autorais

STF cita ameaça de big techs a soberania e dá vitória a governo em ação	11
POLÍTICA	

Anatel desmantela TV por Assinatura pirata em São Paulo



Anatel desmantela TV por Assinatura pirata em São Paulo

Operação denominada "Fantasma da Rede" interrompeu, nesta terça-feira (12/08), estação de TV irregular em funcionamento na zona leste da capital paulista. A operação conjunta planejada entre Anatel São Paulo e o Departamento Estadual de Investigações Criminais da Polícia Civil de São Paulo (DEIC/SP) - equipe especializada em combater o crime organizado - teve como objetivo coibir a **pirataria** de sinal de TV distribuído ilegalmente por provedores de **Internet**.

Por meio de investigação, chegou-se a um sobrado aparentemente residencial em um bairro humilde da cidade, onde nada indicava a existência de uma estação de telecomunicações clandestina. No interior do imóvel foram encontrados não somente os equipamentos para prover o serviço, mas também uma infraestrutura completa para atendimento, inclusive um callcenter, onde atendentes faziam a gestão da rede através de software dedicado, acionando equipes de técnicos para instalação e reparos aos clientes.

Além do serviço de TV por assinatura, o provedor também disponibilizava acesso à **Internet**, serviço este também interrompido por determinação da autoridade policial por meio de mandado de busca e

apreensão expedido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ/SP). No interior do imóvel foram localizados também diversos equipamentos para telecomunicações não certificados ou com a homologação vencida (roteadores wi-fi, cabos, etc) que foram lacrados e apreendidos pelo DEIC, juntamente com os equipamentos que compunham a estação. Segundo apurado, a entidade possui cerca de 30 mil usuários, todos da região no entorno. Dois responsáveis foram presos e, até a última atualização, um deles continua detido por determinação judicial.

Além desta, foram cumpridas, simultaneamente e na mesma data, ordens judiciais em diferentes localidades com foco na identificação, interrupção e responsabilização de indivíduos e empresas envolvidas na prática criminosa de retransmissão não autorizada de conteúdo televisivo. Além da violação de **direitos** autorais, a atividade configura crime contra a ordem econômica e pode estar associada a práticas de receptação qualificada e lavagem de dinheiro, com indícios de envolvimento de organizações criminosas.

De acordo com a superintendente de Fiscalização, Gesiléia Teles, "a atuação integrada entre a Anatel e a Polícia Civil reforça o compromisso dessas instituições com a proteção dos consumidores, a garantia da legalidade no setor de telecomunicações e o combate à concorrência desleal que prejudica empresas legalmente constituídas".

"A operação transcorreu em total respeito à legalidade e com admirável atuação dos agentes fis-

Continuação:
Anatel desmantela TV por Assinatura pirata em São Paulo

cais da Anatel, que agiram de forma técnica e com excelência na operação conjunta com a Polícia Civil, o que possibilitou a constatação dos ilícitos in loco", afirmou o corregedor da Anatel, Silvio Andrade dos Santos, que acompanhou toda a operação.

Cafés das Montanhas do ES: identidade reconhecida no Brasil



Com denominação de origem, grãos cultivados em 16 municípios serranos conquistam novos mercados e valorizam a cultura local

Nas encostas verdes e frias das montanhas capixabas, um aroma especial anuncia que o café não é apenas um produto agrícola: é história, tradição e identidade de um povo. Entre o canto dos pássaros, o vento gelado e as mãos calejadas que colhem grão por grão, nasce uma bebida que carrega séculos de cultura e dedicação.

Produzido em pequenas propriedades familiares, com cuidado artesanal e saberes transmitidos por gerações, o café das montanhas do Espírito Santo conquistou, em 2021, um dos mais importantes reconhecimentos do país, a Denominação de Origem (DO), de Indicação Geográfica (IG).

O registro, concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**), certifica que apenas os cafés cultivados e processados em 16 municípios da região, seguindo critérios rigorosos, podem ostentar o título.

A conquista foi resultado de anos de trabalho co-

letivo. Sob coordenação do Sebrae/ES, instituições como Organização das Cooperativas do Brasil do Espírito Santo (OCB/ES); Cooperativa Agropecuária Centro Serrana (Coopeavi); Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Café); Centro de Desenvolvimento Tecnológico do Café (Cetcaf); Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes); Ministério da Agricultura, Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), e prefeituras se uniram, com apoio técnico do Instituto Inovates, para reunir documentos, estudos científicos e comprovar o vínculo entre a bebida e o território.

Para o superintendente do Sebrae/ES, Pedro Rigo, a certificação é motivo de orgulho para todos os capixabas.

E por trás dos selos e prêmios, há histórias de famílias que dedicam a vida ao cultivo de grãos de excelência.

Conquista de mercados globais

Família Douro, Foto:

No distrito de Victor Hugo, em Marechal Floriano, o produtor Thiago Douro carrega no café a memória dos bisavós e tataravós, que vieram da Itália e começaram a plantar na região.

O resultado veio rápido. Com dedicação e experimentação, a família acumulou prêmios, abriu portas em cafeterias de várias capitais brasileiras e até no exterior. "Hoje vendemos para Minas, Brasília, Rio de Janeiro e também para Estados Unidos e Europa. É o terroir da nossa região que chama atenção"

Para Thiago, participar de concursos e eventos é mais que competir, é estar visível no mercado. "A cada ano

é um desafio novo: testar nutrição, material genético, sabores diferentes, sempre agregando valor", fala.

A casa mais antiga e os sabores infinitos

Casarão da Família Zandonade, em Venda Nova do Imigrante. Foto:

Em Venda Nova do Imigrante, Luiz Felipe Zandonade preserva um patrimônio familiar, que é a casa mais antiga da região, construída pelos antepassados italianos que chegaram em diferentes levadas de imigração.

O café sempre fez parte da história, mas foi ele quem, em 2016, decidiu apostar no segmento de cafés especiais. "Antigamente tínhamos outros cultivos, mas hoje trabalhamos exclusivamente com café, e o catálogo tem sete variedades", diz, exibindo com orgulho os pacotes de café expostos na prateleira do casarão, que é um marco turístico na região.

Os perfis sensoriais variam entre mais acidez, menos acidez, aromas doces ou frutados. Mas um deles se destaca. "O sabor de rapadura com frutas cítricas é o mais valorizado da região e o que mais vende. É a nossa marca", explica.

O cuidado é diário. "O café é mexido de hora em hora para secar de forma uniforme. Monitoramos a umidade e fazemos a seleção manual para garantir que só o melhor vai para a embalagem", acrescenta.

Singularidade que gera renda e turismo

Para a gerente-adjunta da regional Serrana do Sebrae/ES, Karla Fernanda Cardoso, a força da Denominação de Origem está na combinação entre sabor único e agricultura familiar.

Continuação: Cafés das Montanhas do ES: identidade reconhecida no Brasil

Karla diz ainda que o café com IG movimenta o turismo. "Compradores vêm conhecer a região, participam de experiências nas propriedades, se encantam e acabam atraindo outros visitantes. É turismo sustentável, que valoriza o território", destaca.

Uma identidade que ultrapassa fronteiras

Hoje, os Cafés das Montanhas do Espírito Santo são sinônimo de qualidade no Brasil e fora dele. O reconhecimento oficial reforça que cada xícara carrega mais que um sabor, carrega a história de um território, o cuidado das famílias e a riqueza de um clima e solo únicos.

Para os produtores, o selo da Identificação Geográfica é mais que um certificado, é a certeza de que o trabalho das gerações passadas continua vivo, inspirando as próximas.

Assim como o aroma que se espalha pelas montanhas ao amanhecer, a tradição desses cafés continua viva, atravessando gerações e ganhando o mundo. E, a cada nova safra, os produtores reafirmam que a história das montanhas capixabas ainda tem muitos capítulos a serem escritos, sempre com o sabor e a identidade de um território único.

IdentidadES é uma websérie de reportagens e vídeos produzidos pela Rede Vitória em parceria com o Sebrae/ES. A cada episódio, uma história inspiradora revela como produtos com Indicação Geográfica estão transformando vidas, territórios e economias no Espírito Santo.

Indicação Geográfica: confira fotos do episódio sobre cafés das montanhas

E-mail

Continuação: Cafés das Montanhas do ES: identidade reconhecida no Brasil

Reporter

Jornalista há 9 anos, formado pelo Centro Universitário Faesa, com especializações em Marketing, Administração de Empresas e Gestão de Vendas.

E-mail

Jornalista há 9 anos, formado pelo Centro Universitário Faesa, com especializações em Marketing,

Administração de Empresas e Gestão de Vendas.

Compartilhar essa notícia

Compartilhar essa notícia

Governo prepara resposta à investigação dos Estados Unidos sobre Pix

ECONOMIA

ELIANE OLIVEIRA eliane@zbsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Na próxima segunda-feira, o governo brasileiro mandará um relatório sobre práticas investigadas por Washington nas áreas financeira, de comércio, digital, relacionadas ao desmatamento, de combate à corrupção e de **propriedade** intelectual. Depois de Trump anunciar, em 9 de julho último, que os produtos brasileiros passariam a ser tributados em 50% a partir deste mês, o governo americano informou que iria investigar o Brasil com base na Seção 301 da Lei de Comércio do país. Nem o sistema de pagamentos Pix e as vendas na Rua 25 de Março, em São Paulo, foram poupados.

A expectativa é que, depois de enviar o relatório a Washington, negociadores dos EUA e do Brasil voltem a debater o tema em uma audiência pública que acontecerá no início de dezembro deste ano.

Caso o Escritório do Representante de Comércio dos EUA (USTR) conclua que o Brasil possui práticas

anticompetitivas nas relações comerciais entre os dois países, poderão ser adotadas medidas compensatórias, como novas barreiras a produtos brasileiros. O processo deve levar, no mínimo, um ano.

Técnicos brasileiros preparam respostas para vários questionamentos. Por exemplo, usarão argumentos mostrando que têm sido tomadas medidas efetivas de combate ao desmatamento, prometerão que o tempo de **registro** de patentes de medicamentos - que pode levar sete anos, conforme os EUA - será reduzido para dois anos em 2026.

Criado pelo governo brasileiro e amplamente usado pela população como meio de pagamento, o Pix está na berlinda, mas não há disposição de mudar um produto que vem dando certo, afirmam interlocutores a par do assunto.

A resposta aos americanos é que esse sistema ampliou a bancarização no país e as possibilidades de negócios, sem com isso causar prejuízo a empresas americanas de cartão de crédito.

INPI lança trâmite prioritário de marcas até dezembro



INPI lançou neste mês de agosto projeto-piloto para acelerar análise de determinados pedidos de registro de marcas.

novos atalhos **INPI** lança trâmite prioritário de marcas até dezembro

Desde a última quinta-feira (7/8), o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) oferece um trâmite prioritário de marcas para alguns pedidos de registro. Esse projeto-piloto está disponível até dezembro. O objetivo é garantir uma análise mais rápida para determinadas situações, como já ocorre com as patentes.

Anunciado no final de julho, o novo serviço do **INPI** está dividido em dois eixos. Um deles seguirá critérios legais já existentes. O outro, limitado a 1.200 requerimentos, levará em conta objetivos estratégicos e políticas públicas definidas pela autarquia.

A primeira modalidade de trâmite prioritário de marcas é gratuita, ilimitada e voltada a casos com prioridades definidas por lei. Entram aqui as pessoas com 60 anos de idade ou mais, com doença grave e com deficiência, além das empresas de inovação inscritas no Inova Simples - regime especial para obtenção de CNPJ com mais facilidades de acesso a crédito, por exemplo.

A segunda possibilidade é para casos ligados a ob-

abpi.empauta.com

jetivos estratégicos do **INPI**. Nessa modalidade, é necessário pagar uma taxa de R\$ 890.

Entre os possíveis solicitantes dessa categoria estão aqueles envolvidos em ações judiciais sobre suas marcas. Quem já apresentou oposição com base no direito de precedência também pode se beneficiar dessa modalidade. O direito de precedência ocorre quando alguém comprova já usar a marca pelo menos seis meses antes do depósito do pedido de registro de um terceiro.

O segundo eixo também vale para quem tem produto ou serviço ligado a uma patente com trâmite prioritário e para instituições científicas, tecnológicas e de inovação.

Em todas as situações, é preciso preencher um formulário específico e apresentar documentos para comprovar o direito à prioridade.

Maior eficiência

Para o advogado Felipe Dannemann Lundgren, sócio do escritório Dannemann Siemsen, a novidade trazida pelo **INPI** é bastante positiva, pois os casos listados merecem priorização.

"Qualquer possibilidade de priorização é, na minha visão, benéfica para o mercado como um todo", diz. "E os itens colocados são bastante razoáveis. Estão em linha com o que já é aplicado para patentes."

A advogada Izabela Felizate Botta, do escritório Mariana Valverde Advogados, concorda. "Para empresas e empreendedores, reduzir o tempo de análise do registro de marca é um avanço estratégico", diz.

"A proteção antecipada oferece segurança para lançar produtos, firmar parcerias e expandir para novos mercados com menor risco de disputas. Em setores

Continuação: INPI lança trâmite prioritário de marcas até dezembro

inovadores ou altamente competitivos, essa agilidade pode ser determinante para garantir posição de liderança e aproveitar oportunidades comerciais no momento certo."

Apesar da necessidade de pagamento de taxa na segunda modalidade, Lundgren acredita que isso não será um impeditivo para que o trâmite prioritário seja solicitado. Isso porque, principalmente para empresas, o valor pode não ser tão relevante em relação

ao que acontece no mercado. Além disso, são casos excepcionais, geralmente com grande relevância comercial para essas empresas. A taxa também é bem menor do que possíveis gastos de um litígio, por exemplo.

José Higídio É Repórter Da Revista

STF cita ameaça de big techs a soberania e dá vitória a governo em ação

POLÍTICA



O tribunal considerou constitucional a legislação de 2001 que ampliou o rol de remessas ao exterior tributadas pela contribuição Cide-Royalties. A necessidade de o país aumentar os investimentos em tecnologia, especialmente no cenário atual de dependência em relação às big techs americanas, ajudou o governo a vencer uma disputa tributária no STF (Supremo Tribunal Federal).

O tribunal considerou constitucional a legislação de 2001 que ampliou o rol de remessas ao exterior tributadas pela contribuição Cide-Royalties, antes restrita a operações de **transferência** de tecnologia. A corte, no entanto, reforçou que a União deve aplicar integralmente os recursos no apoio à **inovação** tecnológica.

♠ FEIRA DE SANTANA NOTÍCIAS 24H: Faça parte do canal do Folha do Estado no

O contexto envolvendo a questão das big techs, que atuaram como parte interessada no julgamento, visando restringir o alcance do tributo, e o tarifaço dos Estados Unidos contra o Brasil fez parte do pano de fundo do discurso dos ministros do STF.

A análise sobre a constitucionalidade da cobrança de 10% de Cide (Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico) sobre remessas ao exterior, também conhecida como Cide-Royalties, Cide-Remessas ou Cide-Tecnologia, era uma das

maiores discussões tributárias analisadas pelo tribunal, com impacto estimado de R\$ 19,6 bilhões para o governo em valores cobrados nos últimos cinco anos.

O presidente do STF, Luís Roberto Barroso, destacou explicitamente a influência do argumento sobre a importância do tributo para o país como um dos determinantes do seu voto.

"Essa é a área em que o país mais precisa investir, de modo que, também por esse argumento extrajurídico ou parajurídico, eu não veria com simpatia a redução do espectro desta legislação, a menos que afronte a Constituição, o que não parece ser o caso."

O ministro Gilmar Mendes disse que a dependência de muitos países das grandes empresas de tecnologia criou uma espécie de "neocolonialismo digital".

"Isso é extremamente sensível: você não ter o desenvolvimento tecnológico adequado e, por isso, sofrer muitas vezes as diatribes, agressões e até, eu diria, talvez, extorsão, chantagem", afirmou o ministro ao defender a aplicação do dinheiro na área.

Ele afirmou que o discurso da soberania passa por um tipo de independência no âmbito da tecnologia, citando que uma parte significativa das transações bancárias entre o Brasil e o exterior passa por satélites do sistema da Amazon. "Na crise que se vive, esse tipo de dependência é extremamente sério."

"Essa foi uma das razões pelas quais eu insisti precisamente na [questão da] destinação", afirmou o relator do caso, ministro Luiz Fux, ao concordar com a posição do colega.

O julgamento de uma ação sobre o tema teve início em maio. Houve uma nova rodada de discussões na

Continuação: STF cita ameaça de big techs a soberania e dá vitória a governo em ação

semana passada, mas a análise do caso só foi concluída nesta quarta (13). O resultado do julgamento será aplicado a ações semelhantes no Judiciário brasileiro (repercussão geral).

O caso concreto em análise no STF se refere à Scania Latin America, mas também atuam no caso como partes interessadas advogados da Petrobras e das principais associações do setor de tecnologia, que representam empresas como Meta, Google e Amazon.

As empresas questionaram a constitucionalidade da contribuição, a tributação de vários tipos de remessas e suposto desvio na aplicação dos recursos, mas foram vencidas nas duas primeiras questões.

Fux defendeu restringir a cobrança a remessas associadas à **transferência** de tecnologia estrangeira. Ele foi acompanhado pela ministra Cármen Lúcia e pelos ministros André Mendonça e Dias Toffoli.

O voto vencedor foi proferido pelo ministro Flávio Dino, que foi acompanhado pela maioria dos colegas do tribunal para manter as regras atuais de tributação. Na questão da destinação obrigatória dos recursos, houve unanimidade entre os 11 ministros.

A Cide-Royalties responde por 74% da arrecadação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e é, segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a principal fonte de financiamento do fundo.

Thaís Noveletto, especialista da área tributária, do escritório Barbosa Prado Advogados, afirma que, mais uma vez, o STF deu mais peso a questões políticas e econômicas em sua decisão.

"O curioso foram os argumentos levados ao plenário para decisão sobre o tema, que privilegiaram o novo cenário global", diz a tributarista. "Novamente, a controvérsia transcende os fundamentos jurídicos da causa, como bem destacou o voto do ministro Dias Toffoli, ao tratar da referibilidade, e concentrou-se em uma análise econômica e política da matéria."

Fernanda Pazello, sócia na área tributária de TozziniFreire Advogados, diz que a decisão abre um precedente e dá liberdade à União para criar contribuições que tributarão fatos não necessariamente atrelados a suas finalidades. "Ao relativizar uma das principais características das contribuições, que é a referibilidade, concede uma carta em branco ao governo federal."

Guilherme Peloso Araujo, sócio do Carvalho Borges Araujo Advogados, diz que a decisão segue a "infeliz tendência de redução dos requisitos constitucionais para instituição das contribuições".

A Cide foi criada no começo dos anos 2000 para tributar apenas remessas ao exterior para remunerar a **transferência** de tecnologia, mas a legislação foi alterada para tributar também remessas para pagamento de serviços técnicos e administrativos.

Os recursos devem ser destinados a programas de pesquisa científica e tecnológica, mas as empresas alegam que o dinheiro tem sido utilizado para outras finalidades, o que o governo nega.

O caso da Scania envolve a cobrança sobre um contrato de **transferência** de tecnologia com a matriz na Suécia. A montadora tentava reverter uma decisão desfavorável em segunda instância sobre o tema.

Newton Domingueti, sócio do Velloza Advogados,

Continuação: STF cita ameaça de big techs a soberania e dá vitória a governo em ação

afirma que a decisão chancela a cobrança de uma contribuição de intervenção no domínio econômico sobre uma base extremamente ampla e que não necessariamente está relacionada à **transferência** de tecnologia, como **direitos** autorais, o que se assemelha mais a um imposto.

Domingueti também afirma que o STF se contradiz ao justificar o reconhecimento da cons-

titucionalidade com base em uma obrigação destinação da verba ao setor de tecnologia, pois, em inúmeras situações, a Corte entendeu que a efetiva destinação do valor arrecadado não está afeito ao direito tributário e sim às regras orçamentárias do Poder Executivo.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 11

Pirataria

3

Marco regulatório | INPI

5, 9

Patentes

8

Propriedade Intelectual

8